Acórdão: 23.706/24/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 16.001674576-47
Impugnação: 40.010155968-26
Impugnante: Marta Lúcia Pereira Ribeiro e Silva
CPF: 370.625.906-06
Proc. S. Passivo: Armando Vinícius Oliveira Gomes
Origem: DF/Contagem

EMENTA

RESTITUIÇÃO – ITCD. Pedido de restituição do valor pago a título de Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao argumento de que houve recolhimento a maior do imposto devido em função de erro no percentual de transmissão do imóvel. Entretanto, não reconhecido o direito à restituição pleiteada, visto que transcorrido o prazo para requisitar a devolução.

Impugnação improcedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Requerente pleiteia da Fazenda Pública Estadual, conforme documento de fls. 02, a restituição dos valores pagos relativamente ao ITCD, referente ao exercício de 2017, ao argumento de que houve recolhimento a maior do imposto devido em função de erro no percentual de transmissão do imóvel, único bem transmitido em decorrência do falecimento da Sra. Maria Helena Ribeiro, ocorrido em 10/07/13.

A Delegacia Fiscal (DF/Contagem), em Despacho de fls. 19, indefere o pedido.

Inconformada, a Requerente apresenta, tempestivamente e por seu procurador regularmente constituído, Impugnação às fls. 22/24, contra a qual a Fiscalização se manifesta às fls. 30/33.

DECISÃO

Conforme relatado, trata-se de requerimento de restituição dos valores pagos relativamente ao ITCD, referente ao exercício de 2017, ao argumento de que houve recolhimento a maior do imposto devido em função de erro no percentual de transmissão do imóvel, único bem transmitido em decorrência do falecimento da Sra. Maria Helena Ribeiro, ocorrido em 10/07/13.

A Impugnante sustenta que o cálculo do ITCD que lastreou o recolhimento a maior do imposto foi realizado considerando o percentual de transmissão do imóvel situado em Igarapé/MG em 100%.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Alega que, no momento da declaração, não se observou que apenas 50% do imóvel pertencia à inventariada, cabendo os outros 50% ao seu ex-marido e pai da Impugnante.

Alega que procedeu à retificação da declaração anterior. O imposto foi recalculado, sendo exigido 50% do valor do imposto calculado na declaração original, entendendo materializada a hipótese de restituição do montante pago a maior.

Ressalta que, inicialmente, protocolizou pedido de restituição conforme PTA nº 16.001647119-76 e informa que foi gerada pendência em maio de 2022 e que o PTA foi arquivado por não conhecimento do pedido em junho de 2022.

Aduz que o presente pedido de restituição foi pleiteado em 04/10/22 e argumenta que a Lei nº 14.010, de 10/06/20, previu a suspensão dos prazos prescricionais entre 12 de junho e 30 de outubro de 2020. Entende que tal dispositivo suspendeu o prazo decadencial em 142 dias e que, diante de tal fato, seu direito a pleitear a devolução dos valores recolhidos a maior estaria esgotado, apenas, em janeiro de 2023.

Não obstante as razões aludidas, não assiste razão à Impugnante.

A presente impugnação questiona o indeferimento do pedido de restituição do valor de ITCD pago a maior, referente ao processo de transmissão de bem em virtude do falecimento da Sra. Maria Helena Ribeiro, ocorrido em 10/07/13.

Inicialmente foi apresentada a DBD nº 201.603.197.085-1 que elencou apenas um bem transmitido – o imóvel situado na Rua Marciano Henriques, 70 – B. Centro – Igarapé/MG – IC 04.500.068.009.001. O percentual de transmissão declarado do bem foi de 100%. O ITCD, calculado sobre o valor declarado do bem foi recolhido através da quitação do DAE nº 0005934271237 em 24/08/17.

Restou demonstrado que a inventariada, Sra. Maria Helena Ribeiro, fora casada com o Sr. Moacyr Pereira Ribeiro e que a dissolução da união do casal ocorreu em 30/06/10, conforme sentença exarada no processo nº 030105018321-1.

A partilha dos bens foi informada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais através da DBD nº 201.606.585.977-4, Certidão de Pagamento do ITCD emitida em 23/02/17, certificação nº 2017000196014332, destinando 50% do imóvel acima apontando para cada uma das partes.

Ao verificar o erro, a Impugnante apresentou DBD Retificadora, protocolo nº 202.111.777.587-3, corrigindo para 50% o percentual de propriedade do imóvel da inventariada.

A Certidão de Pagamento foi emitida em 19/05/21, certificação nº 2021000466629469. O valor calculado do ITCD para o fato gerador teve como base de cálculo 50% do valor declarado do imóvel.

Inegável que houve recolhimento a maior do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, como restou demonstrado.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O primeiro pedido de restituição apresentado pela Requerente foi realizado em tempo hábil, 10/03/22, no entanto, o mesmo não atendia ao disposto na legislação e foi gerada pendência, no SIARE, pela AF/Betim, em 05/05/22.

Como a Requerente se manteve inerte, o PTA foi arquivado por não conhecimento do pedido em 09/06/22.

O segundo pedido, formalizado no presente PTA e indeferido pela DF/Contagem, foi protocolizado em 04/10/22, decorridos 05 (cinco) anos e 41 (quarenta e um) dias do pagamento, portanto, transcorrido o prazo para requisitar a devolução dos valores, nos termos do art. 168 do CTN, *in verbis*:

CTN

Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipótese dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

(...)

Também não assiste razão à alegação da Impugnante quanto à suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais estabelecida no art. 3º da Lei Federal nº 14.010, de 10/06/20:

Lei Federal nº 14.010/20

Art. 3º Os prazos prescricionais consideram-se impedidos ou suspensos, conforme o caso, a partir da entrada em vigor desta Lei até 30 de outubro de 2020.

§ 1º Este artigo não se aplica enquanto perdurarem as hipóteses específicas de impedimento, suspensão e interrupção dos prazos prescricionais previstas no ordenamento jurídico nacional.

§ 2º Este artigo aplica-se à decadência, conforme ressalva prevista no art. 207 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ora, a Lei Federal nº 14.010/20 instituiu normas de caráter transitório e emergencial para a regulação de relações jurídicas de Direito Privado em virtude da pandemia do Coronavírus (Covid-19) conforme seu art. 1º:

Lei Federal nº 14.010/20

Art. 1º Esta Lei institui normas de caráter transitório e emergencial para a regulação de relações jurídicas de Direito Privado em virtude da pandemia do coronavírus (Covid-19).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se 20 de março de 2020, data da publicação do Decreto Legislativo nº 6, como termo inicial dos eventos derivados da pandemia do coronavírus (Covid-19).

(Grifou-se)

Ocorre, entretanto, que a relação entre o Contribuinte e a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais encontra-se regulada no âmbito do Direito Público, não se aplicando a suspensão dos prazos estabelecida na lei federal mencionada.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CCMG, à unanimidade, em julgar improcedente a impugnação. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Antônio César Ribeiro (Revisor) e Ivana Maria de Almeida.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2024.

Wertson Brasil de Souza
Relator

André Barros de Moura
Presidente

P